

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.588.962 - DF (2019/0285027-0)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : EDITORA RIO S.A
ADVOGADOS : ROBERTO SELVA CARNEIRO MONTEIRO FILHO - RJ144373
CAROLINE VALIATE BAPTISTA CUPERTINO - RJ218121
AGRAVADO : FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF
ADVOGADOS : ESTEFANIA FERREIRA DE SOUZA DE VIVEIROS - DF011694
JULIA RANGEL SANTOS SARKIS - DF029241

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE FATOS E PROVAS E/OU INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE.

1. Ação de execução.
2. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC, rejeitam-se os embargos de declaração.
3. O reexame de fatos e provas e interpretação de cláusulas contratuais em recurso especial são inadmissíveis.
4. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto pela EDITORA RIO S.A., contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado, exclusivamente, na alínea "a" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 06/08/2019.

Concluso ao gabinete em: 06/11/2019.

Ação: de execução ajuizada pela FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF em face da EDITORA RIO S.A..

Decisão interlocutória: indeferiu o pedido de intimação da credora, ao argumento de que cabe à "devedora demonstrar a quitação da obrigação de pagar a que se encontra adstrita por força do título executivo em que se escuda o presente feito" .

Acórdão: negou provimento ao recurso interposto pela agravante, conforme a seguinte ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. SUCESSIVAS INCORPORAÇÕES. LEGITIMIDADE DA INCORPORADORA PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO. OBRIGAÇÃO DA DEVEDORA DE PROVAR O PAGAMENTO DO DÉBITO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. INOCORRÊNCIA.

1. Aprovada a incorporação, extingue-se a sociedade incorporada, sendo esta sucedida pela incorporadora em todos os direitos e obrigações. Inteligência do art. 227 da Lei n. 6.404/76.

2. A incorporadora tem legitimidade para figurar como parte em ações atinentes a créditos ou débitos da sociedade incorporada.

3. É do devedor o ônus de comprovar o pagamento integral, ou até mesmo parcial, do débito para desconstituir o título executivo, não havendo se falar em ônus do credor de apresentar tais documentos.

4. Na ausência de provas ou indícios de que a parte tenha recorrido com intuito protelatório ou tenha alterado a verdade dos fatos, deve ser rejeitado o pedido de condenação por litigância de má-fé

5. Recurso conhecido e não provido.

Embargos de Declaração: opostos pela agravante, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 373 e 1.022 do CPC/15. Além de negativa de prestação jurisdicional, sustenta que: a) houve equívoco na distribuição do ônus da prova; e b) a parte adversa não informou quais cláusulas contratuais teriam sido descumpridas.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do **CPC/2015**.

- Da violação do art. 1.022 do CPC/2015

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/15 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte.

A propósito, confira-se: AgInt nos EDcl no AREsp 1.094.857/SC, 3ª

Turma, DJe de 02/02/2018 e AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/02/2018.

No particular, verifica-se que o acórdão recorrido decidiu, fundamentada e expressamente acerca do ônus da prova, de maneira que os embargos de declaração opostos pela parte agravante, de fato, não comportavam acolhimento.

Assim, observado o entendimento dominante desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação do art. 1.022 do CPC/15, incidindo, quanto ao ponto a Súmula 568/STJ.

- Do reexame de fatos e provas e da interpretação de cláusulas contratuais

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere aos documentos acostados aos autos, em especial ao acordo; em relação às condutas das partes; quanto ao pagamento; no que concerne à incorporação; a respeito do ônus da prova, exige o reexame de fatos e provas e a interpretação de cláusulas contratuais, o que é vedado em recurso especial pelas Súmulas 5 e 7, ambas do STJ.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III e IV, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

